

Microcrédito e Desenvolvimento: um panorama do caso brasileiro¹

Microfinance and Development: an overview in the Brazilian case

Resumo

Este artigo tem por objetivo entender o papel do microcrédito na promoção do crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro. Realizou-se para isto uma pesquisa bibliográfica com o propósito de entender primeiramente o potencial de contribuição dos bancos como criadores de crédito e por outro lado, a importância do próprio crédito para a transformação e melhoramento das capacidades produtivas do país. Essa análise traz à tona o abismo que separa o crédito da população mais carente, prejudicada pela falta de garantias, e em certos casos, pela falta de interesse das próprias instituições bancárias em atuar em regiões menos desenvolvidas. O microcrédito serve como uma ponte de acesso ao desenvolvimento de uma porção da sociedade excluída do sistema bancário tradicional que também precisa de ferramentas para conquistar um espaço dentro do sistema econômico. A história do microcrédito é recente, considerada a experiência do professor de economia Muhammad Yunus, na metade da década de 1970, em Bangladesh, como a primeira manifestação de microcrédito. O Brasil foi pioneiro na América Latina, mas a disseminação mais marcante do microcrédito ocorreu na metade da década de 1990, quando o setor público começou a envolver-se com o tema, agindo como instituição de primeira e segunda linha, além de realizar reformas no marco regulatório e iniciar programas em prol do fomento e fortalecimento das microfinanças no país. O foco do microcrédito brasileiro não está em dar início a novas atividades produtivas, e sim, em ser uma alternativa de financiamento aos micro e pequenos empresários com negócios já estabelecidos. Embora o crédito para capital de giro não seja considerado como essencial para o desenvolvimento econômico, deve-se considerar que o microcrédito abre uma porta para que esses empresários acessem a recursos que lhes permitirão manter ou expandir o negócio e garantir assim uma renda. As pesquisas e dados analisados neste artigo mostram também que existem recursos que não estão sendo aproveitados para este fim e que ainda falta muito para que a utilização desta ferramenta se firme no agir do microempreendedor brasileiro que preferivelmente opta pelo emprego de seus próprios recursos ou de outras formas de financiamento.

Palavras-chave: microcrédito; desenvolvimento econômico; o microempresário brasileiro.

¹ Artigo baseado no Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em 2008.

*Andrea del Carmen Patiño Cárdenas**
*Gilson Batista de Oliveira***

* Bacharel em Administração pela FAE Centro Universitário e pela Fachhochschule Munster (Alemanha), através do Programa CALA – Curso Latino Americano de Administração. E-mail: andreapatinho@yahoo.com.

** Doutor em Desenvolvimento Econômico (UFPR). Professor da FAE Centro Universitário. E-mail: gilson.oliveira@fae.edu

Abstract

The aim of this article is to understand the role of the microfinance in the growth and development of Brazilian economy. A bibliographic research has been done in order to understand primarily the potential contribution from the banks as credit generators and also the importance of its own credit to transform and improve the production capacity of the country. This analysis shows the gap between the credit for the lower social classes that are impaired due to the lack of guarantees and in certain cases due to the lack of interest of the bank institutions in working in less developed areas. Microfinance works as a bridge for the development of a group excluded from the traditional bank system, which also needs tools to win a place in the economic system. The microfinance history is recent, according to what the economy professor Muhammad Yunus experienced in the middle of the 1970's in Bangladesh as the first microfinance manifestation. Brazil was the pioneer in Latin America, however, the most outstanding finance outspread happened in the middle of the 1990's , when the public sector got involved with the matter, making changes in the regulatory system and beginning programs in favor of the promotion and strengthening of the microfinance in the country. The focus of the Brazilian microfinance is not on starting new activities of productivity but on being an alternative for financing already established micro and small businesses. Although the credit for working capital is not considered essential for the economy growth, microfinance opens doors to these businesses to have access to the resources that will enable them to expand and guarantee an income. The researches and analyzed data in this article also show that there are sources that are not being used for this purpose and that there is a long way to go for the Brazilian micro entrepreneurs to use this tool, who preferably choose to uses their resources or other ways of financing.

Keywords: microfinance; economic growth; Brazilian micro entrepreneur.

Introdução

O presente artigo trata sobre o microcrédito, um tema que vem tomando cada vez mais força no mundo e, não sendo a exceção, na América Latina. A popularidade do microcrédito decola graças à experiência do Professor Muhammad Yunus, em Bangladesh, que criou o primeiro banco de microcrédito do mundo direcionado aos membros da população mais pobre, aqueles sem condições de oferecer as convencionais garantias exigidas pelo sistema bancário tradicional.

Com o sucesso do Banco Grameen se começa a espalhar a ideia que emprestar dinheiro aos pobres não deve ser mais uma tarefa executada por agiotas e, sim, uma nova forma de desenvolvimento econômico executada por instituições financeiras conscientes do impacto positivo desta nova forma de financiamento.

A principal inspiração desta iniciativa foi o combate à pobreza que após a independência de Bangladesh se fez cada vez mais notória. Ao contrário de ser uma prática assistencialista, o microcrédito do Grameen tem a missão de ajudar as famílias mais necessitadas a saírem da pobreza pelo seu próprio esforço e trabalho.

É por isso que o foco deste tipo de crédito está em apoiar atividades que permitam a geração de renda e através dela melhores condições de vida, o que remete ao princípio cooperativista de "Ajuda para a autoajuda".

Desta forma, o estudo do microcrédito no Brasil, considerando o nível de desigualdade social e pobreza que apresenta o país, é de extrema relevância, pois pode servir de mecanismo de política social com intuito de diminuir as disparidades.

Assim como em Bangladesh, o microcrédito pode abrir uma oportunidade de inserção econômica aos brasileiros. No Brasil, através do pequeno

empréstimo, a população de baixa renda terá a chance de empreender alguma atividade capaz de gerar ou contribuir para a renda domiciliar e no melhor dos casos conseguir a independência financeira.

Este trabalho procura investigar qual o papel e a contribuição do microcrédito para o crescimento e o desenvolvimento econômico brasileiro, tendo em conta a hipótese de que o crédito é considerado um elemento essencial para o desenvolvimento econômico, pois é através dele que se favorecem e se instalam pequenos negócios.

1 Crédito e o desenvolvimento econômico

É inegável a importância dos bancos como geradores de crédito para a circulação do sistema econômico. Os bancos concedem diferentes tipos de crédito, mas na visão de Schumpeter (1982) nem todos são verdadeiramente essenciais para o desenvolvimento econômico. Para esclarecer esta ideia, parte do que ele chama de "fluxo circular", onde o processo econômico está em equilíbrio e a continuidade da atividade produtiva pode-se financiar através dos próprios retornos gerados por dita atividade. Sob este marco haverá crescimento econômico, sem embargo será um crescimento impulsionado por questões demográficas e não pelo desenvolvimento produtivo.

O crédito, segundo Schumpeter (1982), é indispensável para o desenvolvimento da economia. É o crédito que justifica a criação de novo poder de compra para que seja disponibilizado ao empresário justo com o propósito de investi-lo em novas combinações, ou seja, inovações que desencadeiem o desenvolvimento econômico.

Para ressaltar este argumento, Schumpeter (1982) contrasta a função e o impacto do chamado “crédito corrente”. À diferença do crédito antes mencionado, este sim está presente no fluxo circular, logo se pode inferir que a sua existência não promove o desenvolvimento. Além de ele ter um efeito regulador do equilíbrio do fluxo econômico, a sua função está no dinheiro que fica à disposição do empresário para o financiamento de transações ordinárias próprias de um negócio, como a compra de matéria prima, o pré-financiamento do pagamento dos clientes, o aproveitamento de descontos, entre outros. Estas operações facilitam o aumento da capacidade produtiva e o crescimento econômico, mas não levam necessariamente ao desenvolvimento ao que se refere Schumpeter.

Schumpeter (1982) reitera a importância do crédito, pois em economias capitalistas, onde predomina a propriedade privada, o empreendedor não tem à mão o poder de compra para adquirir os meios de produção necessários para pôr em marcha seu negócio. “Ele só pode tornar-se empresário ao tornar-se previamente um devedor” (SCHUMPETER, 1982, p.72). O crédito é a via de acesso a esses bens. Por essa razão, para Schumpeter, só se justifica a criação de novo poder de compra (através crédito), quando o objetivo é financiar tanto o já empresário, como o empreendedor, na execução de novos empreendimentos, que contribuam ao avanço do sistema produtivo e gerem desenvolvimento².

Eis aqui a relevância deste tipo de crédito para o desenvolvimento econômico, já que sem a existência deste financiamento seria muito difícil o

surgimento de novos negócios e a concretização de novas combinações.

Evidentemente há na realidade muitos outros motivos para tomar ou conceder empréstimos. Mas a questão é que a concessão de crédito não aparece então como um elemento essencial do processo econômico (SCHUMPETER, 1982, p.72).

2 Definição e origem do microcrédito

Em recente artigo, o fundador do Banco Grameen, Muhammad Yunus (2008), explica um pouco o que tem acontecido com o termo “microcrédito”. Ele afirma que a própria palavra “microcrédito” não existia antes dos anos setenta e que nos dias de hoje o uso é tão aberto que se podem gerar mal-entendidos na hora de falar sobre o assunto (YUNUS, 1997). Ele propõe então uma classificação dos diferentes tipos de microcrédito, como por exemplo, o microcrédito rural, o microcrédito cooperativista, o microcrédito informal, o microcrédito para o consumo, o microcrédito do tipo Grameen, entre outros, para facilitar o entendimento e dar mais clareza ao estudo deste tema.

Monzoni Neto (2006) afirma que existe certa ambiguidade na utilização do conceito de microcrédito, já que ainda é confundido com o termo “microfinança”. Segundo ele, isto se deve ao fato de algumas das instituições de microfinanças oferecerem como único serviço o microcrédito.

No caso da definição sugerida pela Microcredit Summit Campaign (MSC) acontece o contrário, é o termo “microcrédito” que adota o significado de “microfinança”. Para eles.

o microcrédito consiste em programas que proporcionam pequenos empréstimos, além de outros serviços financeiros como poupança, à população mais necessitada

² A criação de poder de compra caracteriza, em princípio, o método pelo qual o desenvolvimento é levado a cabo num sistema com propriedade privada e divisão do trabalho. Através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela. [...] É só assim que o desenvolvimento econômico poderia surgir a partir do mero fluxo circular em equilíbrio perfeito. E essa função constitui a pedra angular para a moderna estrutura de crédito (SCHUMPETER, 1982, p.74).

para empreender projetos de autoemprego geradores de renda, que lhes permita cuidar de si mesmos e de suas famílias (MICROCREDI..., 2008) (tradução nossa).

Araújo *et al.* (2004, p.121) explicam:

[...]as micro finanças se orientam para o desenvolvimento de produtos financeiros adequados e acessíveis à população excluída do sistema financeiro tradicional. Entre os diversos produtos microfinanceiros, encontra-se o microcrédito.

O presente trabalho adotará o conceito de microcrédito usado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) que o define como

Uma modalidade de financiamento que busca permitir o acesso dos pequenos empreendedores ao crédito. Utiliza-se de metodologia própria voltada ao perfil e às necessidades dos empreendedores, estimulando as atividades produtivas e as relações sociais das populações mais carentes, o que gera ocupação, emprego e renda (SEBRAE, 2008a).

2.1 A origem do microcrédito

A ideia do microcrédito, ou a intenção que dá origem a este tipo de financiamento, não é tão nova como o aparenta a grande popularidade que tem alcançado este tema nos últimos 30 anos. Uma iniciativa semelhante ocorreu na Europa, mais especificamente na Alemanha, na metade do século XIX, quando a Europa estava passando por uma fase de transformação com a Revolução Industrial e todas as mudanças que isto acarretava.

Na Alemanha também se percebem as mudanças. As reformas agrárias acabam com o servilismo, mas também surge um grande número de diaristas. Estabelecem-se fábricas e se ampliam os caminhos de comunicação. O número de trabalhadores aumenta. Toda Europa experimenta um crescimento extraordinário da população. Cada vez mais pessoas vivem à margem do nível de subsistência. A isso se agregam as necessidades econômicas dos trabalhadores da indústria caseira e dos artesãos que se veem pressionados pela concorrência da produção em massa das fábricas. Aumenta a tensão social (MARTENS, 2007) (tradução nossa).

O movimento cooperativista já havia nascido na Inglaterra e se propagava pela Europa. Um dos seus grandes seguidores na Alemanha, o político Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818 – 1888), preocupado com o aumento dos problemas sociais, cria ao longo de seus três mandatos públicos, associações baseadas na ideia cooperativista de “Ajuda para a Autoajuda”. No inverno de 1846, a Alemanha, como também outros países da Europa, sofreu uma forte crise de fome, comprometendo a economia dos agricultores, que na tentativa de sobrelevar a situação, recorriam frequentemente aos agiotas. Raiffeisen solicitou ao governo central a doação de farinha de trigo para a elaboração de pão na sua comunidade. O governo, porém, só disponibilizaria a farinha sob condição de venda. Em discordância com isto perante a pobreza da população rural, Raiffeisen mobilizou os cidadãos da comunidade e criou-se o “Verein zur Selbstbeschaffung von Brod und Früchten”³. Através desta associação, mais conhecida como “Associação do pão” (“Brotverein”), a farinha era distribuída antecipadamente, dando-lhe um prazo maior aos produtores e comerciantes de obter capital de giro, combatendo também em efeito colateral, a fome e a pobreza.

Mais adiante, como prefeito em Flammersfeld, Raiffeisen funda em 1849 a associação “Flammersfelder Hilfsverein zur Unterstützung unbemittelter Landwirte”⁴. Além dos agricultores terem a possibilidade de poupar, eles eram financiados para a obtenção de gado, utensílios de trabalho e máquinas, entre outros.

Os ricos respondiam com seu patrimônio, os pobres pagavam o crédito com uma taxa de juros justa, quando tinham entrada de dinheiro (WDR, 2008) (tradução nossa).

³ “Associação para a obtenção própria de pão e frutos” (tradução nossa).

⁴ “Associação de ajuda de Flammersfeld para o apoio de agricultores de escassos recursos” (tradução nossa).

Em 1854, como prefeito de Heddesdorf, Raiffeisen cria uma associação na comunidade, que mais tarde no ano de 1864 se transformaria na "Heddesdorfer Darlehenskassenverein", a primeira cooperativa de crédito rural (R+V VERSICHERUNG, 2008) (tradução nossa).

As associações de Raifeisen financiavam bens que iriam ajudar os agricultores nas suas atividades para sair da situação precária em que se encontravam. As comunidades rurais na Alemanha encaravam uma falta de instituições financeiras mais severa do que na cidade, já que os bancos não tinham confiança por serem comunidades pequenas com um fluxo de dinheiro sazonal e recursos humanos limitados.

Em outro contexto, mas com uma visão muito parecida, o professor de economia Muhammad Yunus da Universidade de Chittagong em Bangladesh inicia, em 1976, uma experiência, que anos mais tarde se verá concretizada no primeiro banco especializado em microcrédito: o banco Grameen⁵.

Em 1974, Yunus tal qual Raiffeisen, sensibilizado pelo padecimento de seu povo causado pela fome imperante, decide ir atrás de respostas que não encontrava nas conhecidas teorias de desenvolvimento econômico. Em contato com as pessoas de uma pequena aldeia próxima à universidade, deu-se conta que muitas delas tinham habilidades e elaboravam algum tipo de produto artesanal, porém a maioria não saía do círculo vicioso da pobreza, já que adquiria a matéria-prima necessária de intermediários que finalmente retinham a maior parte do resultado da venda ou recorriam a empréstimos dos agiotas.

⁵ "Grameen vem da palavra gram, que quer dizer "aldeia". Assim, o adjetivo grameen pode ser traduzido por "rural" ou "da aldeia" (YUNUS, 2006, p.161). Com isto Yunus enfatiza que o microcrédito não só está direcionado aos pobres das regiões rurais, mas também aos que realizam outras atividades no comércio, na pequena indústria etc. Ele considera que os agricultores não são a população mais pobre.

Inconformado, Yunus decide emprestar-lhes as pequenas somas de dinheiro necessárias (US\$ 29 para 42 famílias) com a intenção de romper com a agiotagem que impedia o desenvolvimento social e econômico dessa população tão carente. Vendo os resultados positivos e o pagamento pontual dos empréstimos, ele busca o apoio dos bancos da cidade, mas estes rechaçam um possível envolvimento com esse tipo de crédito, sobretudo pela falta de garantia dos tomadores.

Yunus resolve então iniciar um projeto de pesquisa para analisar a possibilidade de montar um sistema de concessão de crédito que proveja serviços bancários direcionados exclusivamente à população mais pobre das zonas rurais (YUNUS, 2008). É assim que o Banco Grameen começa suas atividades no ano de 1978. O projeto foi tomando força e se espalhando por várias regiões, tendo sempre resultado e impacto positivo no desenvolvimento das famílias atendidas, até que no ano de 1983 o projeto do Banco Grameen obtém as autorizações necessárias para atuar como um banco independente em Bangladesh (YUNUS, 1997).

Em cada detalhe do funcionamento do Banco Grameen se distingue o cuidado e a atenção que é dada para seus clientes e o seu principal objetivo: erradicar a pobreza. O sistema criado pelo Grameen considera minuciosamente as condições da população mais pobre e facilita a relação com o banco.

O primeiro dos grandes obstáculos abolidos pela instituição foi a questão da garantia como requisito para a concessão do empréstimo. Yunus identifica que o desenvolvimento destas pessoas seria impossível se dependesse, como normalmente acontece no sistema bancário tradicional, da obrigação de garantia. Ele se refere ao tema da seguinte maneira:

As sociedades são dotadas de instituições e de regras de conduta baseadas [em] mitos que se tornam barreiras, obstáculos para uma parte importante da população, enquanto asseguram privilégios injustificados à outra parte (YUNUS, 2006; JOLIS, p.106).

Deste modo, o modelo desenvolvido por Yunus consegue fechar a brecha que excluía os pobres do acesso a um sistema bancário e a garantia deixa de ser um impedimento para o desenvolvimento econômico.

Sem este condicionamento, o Grameen concebeu um sistema de empréstimos coletivos, onde os beneficiários se controlam entre si. Embora individuais, os empréstimos são concedidos a um grupo de cinco membros, que se responsabilizam pelo compromisso assumido por todos. A eficácia dessa política revela-se hoje nos 98,2% do índice de recuperação do total dos empréstimos concedidos⁶. Além disso, o grupo tem também um efeito estimulador e cria um clima de ajuda entre os membros.⁷

Outro aspecto que o Grameen leva em consideração é o alto grau de analfabetismo. Os trâmites do banco simplesmente estão adequados a essa realidade que atinge 75% (YUNUS, 1997) da população bangladeshiana. O banco também dá treinamentos, assessorias, e promove mudanças no estilo de vida das pessoas para seu bem-estar social, econômico e familiar. Existem por exemplo “16 resoluções” que abrangem temas sobre moradia, educação e saúde, que os próprios membros tentam aplicar para o melhoramento da qualidade de vida.

⁶ Dado apresentado no informe mensal do Banco Grameen para o mês de março de 2008.

⁷ “O sistema de recuperação de empréstimo do Grameen foi concebido não apenas para ajudar, incentivar e fortalecer a determinação psicológica do financiado, como também para aumentar as chances de recuperar nossos fundos” (YUNUS, 2006, p.145).

No Grameen a promoção social – a necessidade de satisfazer as carências das pessoas e garantir seu bem-estar – não é uma aspiração secundária; ela constitui nossa principal ambição. Mais do que os números referentes aos créditos em liquidação ou aos índices de recuperação, que evidentemente precisamos contabilizar em nossos livros, o que nos importa é saber se conseguimos melhorar as condições de vida de nossos financiados (YUNUS; JOLIS, 2006, p.153).

Uma das principais características do crédito Grameen consiste

[...] na ajuda das famílias pobres a ajudar-se a si mesmas a superar a pobreza” através da “criação de autoemprego e atividades que gerem renda e moradia para os pobres, ao contrário do [crédito ao] consumo” (YUNUS, 2008) (tradução nossa).

Yunus e Jolis (2006) afirmam que a ajuda de caráter essencialmente caritativo, ao invés de beneficiar o indivíduo necessitado, cria nele a passividade, desmotivando-o a prover seu sustento.

Para Gutiérrez Nieto (2005, p.29),

[...] o microcrédito supõe uma mudança por parte da ajuda ao desenvolvimento: em vez de proporcionar fundos não reembolsáveis, busca que as pessoas possam por si mesmas construir uma saída a sua situação de pobreza.

A experiência do microcrédito do Raiffeisen se deu através das cooperativas, a experiência de microcrédito do Yunus, através do Banco Grameen. Embora sejam instituições de natureza diferentes, o que faz que estas duas experiências convirjam, é o princípio da “Ajuda para a Autoajuda”, e a utilização da mesma ferramenta para fomentar atividades produtivas. Este é o enfoque que torna o microcrédito um elemento útil para o desenvolvimento econômico.

3 Mapeamento do microcrédito no Brasil

Para este ponto se levarão em consideração alguns dados do Banco Central do Brasil, informações sobre os negócios de micro e pequeno porte do setor informal através da pesquisa “Economia Informal Urbana 2003 – Encif” organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Sebrae, do setor formal através das pesquisas do Sebrae de São Paulo, como também informações sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Antes de adentrar na discussão central, cabe ressaltar que a economia brasileira está constituída por uma quantidade enorme de microempresas, segundo Caloête (2008), das 6,72 milhões de empresas formais registradas em 2006, 94% foram classificadas como micro e quase 5% como pequenas empresas. Estes dados dão uma ideia da importância do setor para a economia do país e, por conseguinte, quanto chega a ser importante também o apoio do sistema financeiro em relação à acessibilidade a recursos que garantam a sobrevivência e desenvolvimento dessas atividades econômicas.

Caloête (2008) aponta também que essa quantidade de micro e pequenas empresas são responsáveis por 40% dos empregos registrados em 2006⁸, sendo que mais de 80% do total das microempresas e quase 80% do total das pequenas empresas atuam no setor de comércio e serviços.

Por outro lado, o IBGE (2005) mostra outra cara da economia brasileira⁹. A pesquisa procurou detectar unidades econômicas em áreas urbanas pertencentes a trabalhadores por conta própria

e empregadores com até cinco empregados com o objetivo de investigar as características que marcam o funcionamento e a capacidade de geração de emprego dessas pequenas unidades produtivas não-agrícolas.

Segundo o IBGE (2005), estima-se que há no Brasil 10,5 milhões de pequenas unidades produtivas, das quais 98% fazem parte do setor informal. Até outubro de 2003 tinha-se a informação de que o número de empregados vinculados a essas empresas era de aproximadamente 13,8 milhões. Além disso, 95% das empresas pesquisadas tinham um único proprietário e 80% apenas uma pessoa ocupada, o que indica que a maior parte dos empreendimentos está formada por trabalhadores por conta própria que exercem suas atividades econômicas sozinhos, sem sócios ou ajudantes.

Os trabalhadores por conta própria constituem, isoladamente, o mais importante segmento da pobreza brasileira – maior que os desempregados ou assalariados, sejam eles formais ou informais. Aumentar sua capacidade de investimento, melhorar suas condições produtivas e sua inserção em mercados mais promissores é uma das premissas básicas para a superação da pobreza em que se encontram atualmente. Embora a maior parte dos “trabalhadores por conta própria” tenha renda muito baixa, o acesso a serviços financeiros representa um fator de peso na dinamização de suas iniciativas econômicas (ARAÚJO *et al.*, 2004, p.33).

Com respeito ao crédito, a pesquisa evidenciou o pouco que esta ferramenta é utilizada para o desenvolvimento das pequenas atividades produtivas do setor informal. Das 10,5 milhões de unidades, só 6% tomaram recursos emprestados durante os últimos três meses antes da pesquisa. Desses 6%, 54% obtiveram crédito de bancos públicos ou privados, 18% de fornecedores e outros 18% de amigos e parentes. Em outras palavras,

⁸ O total de trabalhadores registrados em 2006 era de aproximadamente 35,2 milhões (CALOÊTE, 2008).

⁹ Embora o seu nome faça referência aos negócios informais, e estes também sejam o seu principal enfoque, a pesquisa vai além do *status* legal dos empreendimentos, referindo-se mais ao modo em que as unidades econômicas estão organizadas e funcionam.

aproximadamente só 3% dos 10,5 milhões de empreendimentos da pesquisa obtiveram crédito de uma entidade bancária (no espaço de tempo antes mencionado).

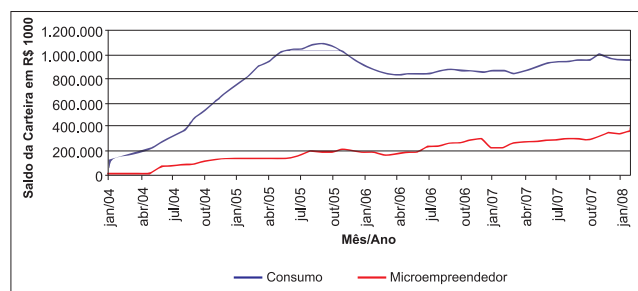
O Banco Central do Brasil recebe desde 2004 dados sobre os recursos dos bancos múltiplos, dos bancos comerciais, da Caixa Econômica Federal, das cooperativas de crédito de pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores e das cooperativas de livre admissão que têm a obrigação de remeter ao Departamento de Gestão de Informações do Sistema Financeiro (Defin) um demonstrativo das contas simplificadas, das operações de crédito consignadas em folha de pagamento e do direcionamento dos recursos de depósitos à vista para operações de microcrédito (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004).

Ditas operações de microcrédito também integram o microcrédito destinado ao consumo, que, como visto no primeiro capítulo, a sua natureza não cumpre um papel essencial para o desenvolvimento econômico.

Os dados revelam que a maior parte (aproximadamente 70%) dos recursos obtidos dos depósitos à vista para operações de microcrédito são destinados ao consumo, deixando em segundo plano os recursos destinados ao microcrédito para o financiamento de microempreendimentos. Em novembro de 2006, o Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu aumentar os limites das operações de microcrédito através da publicação da Resolução 3.422, que diz: para pessoas físicas de baixa renda o limite de crédito de R\$ 600 passa para R\$ 1000, para a viabilização de empreendimentos de pequeno porte o limite de R\$ 1.500 passa para R\$ 3.000 e para o microcrédito produtivo orientado o limite de R\$ 5.000 passa para R\$ 10.000. O CMN também estabeleceu que as respectivas taxas de juros não pudessem ultrapassar os 2%, 4% e 3% ao mês. Para Tombini, diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil (BCB), essa

ação teve o objetivo de aumentar o uso de recursos direcionados para operações de microcrédito em consideração às demandas apresentadas pelos bancos (CRISTINA, 2006).

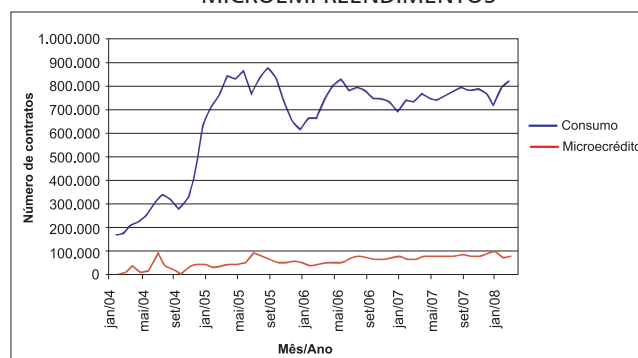
GRÁFICO 01 - RECURSOS DIRECIONADOS AO CONSUMO VS. RECURSOS DIRECIONADOS AOS MICROEMPREENDEDORES



FONTE: Banco Central do Brasil (2008)

No gráfico 01 se observa através do saldo da carteira das instituições que estas aplicam os recursos em maior proporção para o financiamento de operações de consumo. No intervalo de janeiro de 2007 até fevereiro de 2008 foram efetuados em média 768.943 contratos por mês no valor médio de R\$ 110 e um prazo médio de oito meses. Dentro do mesmo período, a média do número de contratos fechados com microempreendedores foi de 79.190 por mês com um valor médio de R\$ 988 e um prazo médio de cinco meses. Essa diferença se visualiza melhor no seguinte gráfico:

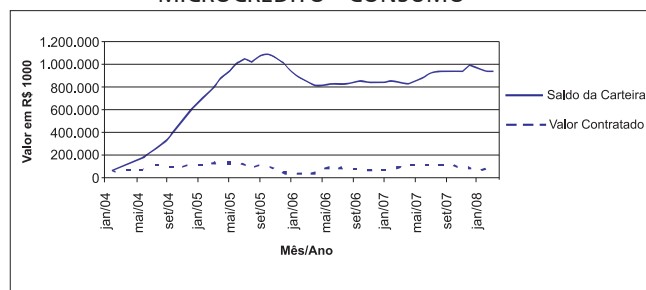
GRÁFICO 02 - NÚMERO DE CONTRATOS POR MÊS PARA FINANCIAMENTO DE OPERAÇÕES DE CONSUMO E FINANCIAMENTO DE MICROEMPREENDEMENTOS



FONTE: Banco Central do Brasil (2008)

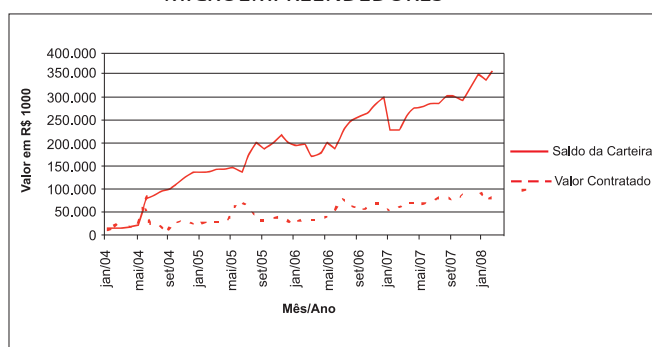
Na sequência, são apresentados outros dois gráficos, onde se observa que apesar de certo crescimento no número de contratos efetuados, os recursos direcionados tanto para o consumo como os direcionados aos microempreendedores não chegam a ser bem aproveitados. Nos dois últimos anos, foram utilizados em média só 9% dos recursos disponíveis para o consumo e ao redor de 25% dos recursos disponíveis para microempreendimentos.

GRÁFICO 03 - RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS EMPREGADOS E OS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA MICROCRÉDITO - CONSUMO



FONTE: Banco Central do Brasil (2008)

GRÁFICO 04 - RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS EMPREGADOS E OS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA MICROEMPREENDEDORES



FONTE: Banco Central do Brasil (2008)

Do gráfico 04, pode-se concluir também que há uma tendência positiva no que diz respeito à disponibilidade de recursos para o microcrédito produtivo. Ano a ano são cada vez mais os recursos que poderiam financiar a formação e consolidação de pequenas atividades produtivas, ajudando também a cada microempreendedor a alcançar

pelos seus próprios meios a sua sustentação.

Considerando novamente os dados do IBGE (2005), nota-se que o crédito bancário é uma das formas de financiamento menos procuradas pelos empreendedores informais na hora de abrir um negócio. Mais de 50% das unidades econômicas informais que fizeram parte da pesquisa utilizaram no começo recursos próprios ou provenientes de familiares e amigos, o segundo maior grupo declarou não ter precisado de capital, e só 1,74% se financiou através de um crédito bancário.

TABELA 01 - ORIGEM DOS RECURSOS DO FINANCIAMENTO DAS MPES INFORMAIS NASCENTES

Origem dos recursos utilizados para iniciar o negócio	Empresas do setor informal	%
Poupança anterior ou venda de bens ou imóveis	679.173	6,57%
Outros recursos próprios	4.752.817	45,98%
Empréstimos de parentes ou amigos	788.132	7,63%
Empréstimo bancário	179.611	1,74%
Outras formas de empréstimo	154.205	1,49%
Sócio tinha o capital	105.606	1,02%
Outras	344.677	3,33%
Não precisou de capital	3.309.488	32,02%
Sem declaração	22.252	0,22%
TOTAL	10.335.961	100,00%

FONTE: IBGE (2005)

O Sebrae de São Paulo tem elaborado uma série de estudos sobre a relação das micro e pequenas empresas¹⁰ paulistas do setor formal com o sistema bancário, quais as dificuldades que elas enfrentam ao recorrer ao crédito e quais as alternativas pelas que optam para obter os recursos precisados.

Segundo um dos estudos feitos, entre 1997 e 2001, a porcentagem de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) que utilizaram financiamento

¹⁰ O Sebrae considera como microempresa, aquela em que na área de comércio e serviços empregue até 9 pessoas e na área da indústria até 19. Pequena empresa é considerada aquela que ocupa de 10 a 49 pessoas na área de comércio e serviços e de 20 a 99 na área da indústria (ARAÚJO *et al.*, 2004).

bancário para a abertura do negócio foi de 6%, um pouco maior do que as empresas do setor informal com 1,74%, mas ainda bastante baixo considerando que 90% das MPEs utilizaram recursos próprios. A porcentagem chega a aumentar ao se tratar de MPEs já consolidadas, sendo que em 2004 12% obtiveram empréstimos em bancos públicos e 10% em bancos privados para o financiamento das suas atividades, porcentagens que em 2000 correspondiam a 3% e 5% respectivamente (ARAÚJO *et. al.*, 2004).

Esses dados reforçam a idéia de que existem níveis de exclusão diferentes no acesso ao crédito bancário. **Entre os empreendedores informais a exclusão é quase total, exceto, talvez, pelas alternativas de microcrédito existentes.** Entre as empresas recém abertas, algumas poucas conseguem obter empréstimos bancários. A proporção sobe no caso das microempresas [já consolidadas] e é um pouco maior no grupo das pequenas. Porém, em todos os grupos a participação de empréstimos bancários é pouco expressiva (ARAÚJO *et al.*, 2004, p.49) (grifo nosso).

Outro estudo de 2004 mostra que para as micro e pequenas empresas paulistas o principal impedimento para ter acesso ao crédito bancário ainda é a falta de garantias, sendo esta a razão de 40% dos créditos negados. A pesquisa contrasta este fato com a maior facilidade que apresentam as pessoas físicas em relação às jurídicas na hora de obter um empréstimo.

Os dados revelam que em 89% dos casos em que os proprietários, sócios, familiares e amigos pediram um crédito para o empreendimento em seu nome, ou seja, em nome de uma pessoa física, o crédito foi concedido, sendo que estes não necessariamente oferecem melhores garantias para o banco.

Uma das razões que ajudam a entender esta discordância está em que os empréstimos a pessoas físicas chegam a ser mais rentáveis que os concedidos às pessoas jurídicas, uma vez que os juros cobrados às pessoas físicas tendem a ser mais altos, tornando esse segmento mais atrativo.

As dificuldades com o financiamento bancário mostram aí uma forma específica: atingem muito mais os empreendimentos econômicos que os indivíduos que os dirigem (ARAÚJO *et al.*, 2004).

O mesmo estudo revela também a respeito da forma em que os pequenos negociantes encaram a questão do crédito: 49% dos micro e pequenos empresários paulistas responderam que não estariam interessados em tomar um empréstimo bancário, mesmo que este fosse de fácil acesso e de baixo custo. A maioria deles apresenta ter certa aversão ao fato de tomar empréstimos bancários, outros não se sentem capazes de cumprir com o pagamento, ou simplesmente declaram não precisar dele.

Finalmente, o estudo destaca a pouca divulgação dos diferentes programas de microcrédito que existem hoje no Brasil, 74% das MPEs declaram ter pouco ou nenhum conhecimento sobre o assunto.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) está criando uma base de dados mais consistentes sobre o microcrédito produtivo. Para este propósito, o MTE realizou em 2007 uma pesquisa com 150 instituições de microcrédito participantes e não-participantes do programa, conseguindo alcançar 90% das operações do segmento¹¹.

Até 2007, o programa já tinha liberado recursos em um valor de R\$ 2,53 bilhões chegando a realizar 2,42 milhões de operações de microcrédito. Dentro das principais informações se destaca o aumento do número de instituições habilitadas ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) em 484,6% de 2005 para 2007, como se pode observar na tabela 02. Só em 2007 o volume de crédito liberado foi de R\$ 1,1 bilhão (24% a mais do que foi liberado no

¹¹ Todos os dados sobre esta pesquisa estão disponíveis em Brasil (2008a).

ano anterior), equivalente a 963.459 operações de microcrédito no valor médio de R\$ 1.142,11. Os clientes ativos somavam um total de 513.032, dos quais 94,68% trabalhavam no setor informal, sendo 63,92% mulheres e 36,08% homens, o saldo da carteira ativa era de R\$ 522.295.212.

TABELA 02 - HABILITAÇÕES AO PNMPO

Instituições	2005	2006	2007
OSCIPIs	40	90	103
Cooperativas	0	100	120
SCMs	10	16	16
IFOs ¹²	0	3	3
Agências de Fomento	2	4	5
Cooperativa Central	0	2	4
Banco Cooperativo	2	1	1
Total	52	216	252

FONTE: Brasil (2008a)

A pesquisa também indica que até 2007 eram mais de 5.000 as pessoas que trabalhavam diretamente em instituições de microcrédito, sendo mais de 50% agentes de microcrédito, o que caracteriza a importância deste elemento na metodologia do microcrédito produtivo orientado; é a forma em que o banco chega ao cliente, facilitando o acesso aos recursos oferecidos.

Organizações de microcrédito têm sido capazes de fazer chegar recursos às mãos de populações vivendo em situações de pobreza, em regiões metropolitanas, o que resulta numa notável elevação de sua renda. O segredo dessas experiências está no fato de associarem as atividades dos agentes de crédito ao uso do que a literatura internacional sobre o assunto vem chamando de capital social: as relações sociais localizadas e o cuidado dos indivíduos em zelar por sua reputação são excelentes substitutos para as garantias patrimoniais e as contrapartidas que o sistema bancário convencional exige e que estas formas sociais novas são capazes de

dispensar, exatamente por sua inserção e pelo papel de articulações das redes sociais localizadas que os agentes de crédito cumprem (ARAÚJO *et al.*, 2004, p.44).

Para finalizar, outra das características que ressalta a pesquisa é sobre a função dos recursos concedidos através do microcrédito. A maioria das instituições de micro finanças brasileiras concede preferencialmente microcrédito para o financiamento de capital de giro.

Os resultados deixam este fato bem claro: 77,8% dos empréstimos foram outorgados para este fim, 17,3% para o financiamento de investimento fixo e os 4,9% restantes para financiamentos mistos. Segundo o ramo de atividade, 77,62% dos empréstimos em 2007 financiaram atividades na área de comércio, 14,54% na área da indústria, 1,69% atividades agrícolas e 1,18% dos empréstimos tiveram outras finalidades.

Considerações finais

Este artigo procurou obter informações sobre o papel e a contribuição do microcrédito para o crescimento e o desenvolvimento econômico brasileiro tendo como guia a hipótese do crédito ser considerado um elemento essencial para o desenvolvimento econômico, visto que ele possibilita a formação e o fortalecimento de pequenos negócios.

Pode-se observar que houve no Brasil um interesse crescente no setor das microfinanças, sobretudo quando passou a ser um assunto de preocupação municipal, estadual e nacional e não só iniciativa e assistência de organizações internacionais como era característico nos anos 1970, 1980 e parte dos 1990, fato que indica que o microcrédito tem se mostrado capaz de produzir um efeito econômico positivo.

A partir da metade dos anos 1990, as instituições públicas contribuíram expressivamente

¹² Instituições Operadoras do PNMPO – Instituição financeira oficial federal na qual seja autorizada a realização de depósito especial do FAT destinado ao PNMPO (Art. 2º da Resolução 511/06).

para o fortalecimento e o espalhamento do microcrédito pelo território nacional que viram nele uma nova alternativa de alcançar um melhoramento das capacidades produtivas locais, além de um aumento das possibilidades de geração de renda.

Os dados do IBGE (2005) deram uma ideia do grau de informalidade dos pequenos negócios urbanos investigados em 2003, onde 98% das 10,5 milhões de microunidades produtivas pertenciam ao setor informal. Mesmo que o microcrédito não tenha sido a primeira opção para o financiamento das atividades e que só uma percentagem muito reduzida tenha feito uso do crédito bancário, deve-se considerar que os programas de microcrédito ampliam as possibilidades de obtenção de recursos para os pequenos negócios, apaziguando a exclusão financeira, mais acentuada, tratando-se deste setor.

É assim, que no âmbito do microcrédito, a informalidade não é um obstáculo para o microempreendedor brasileiro. Para participar de um programa de microcrédito, este pode enfrentar outro tipo de dificuldades como a constituição dos chamados grupos solidários, um dos principais requisitos para a concessão do crédito que funciona como uma espécie de método análogo à garantia¹³.

O microcrédito no Brasil tem um público-alvo diferente ao foco que teve em Bangladesh. Para Yunus (1997), o microcrédito é um instrumento, cujo fim principal é a erradicação da pobreza, por isso entre seus tomadores também se encontram mendigos que recebem as pequenas somas de dinheiro com 0% de interesse.

A função mais comum do microcrédito praticado no Brasil é proporcionar capital de giro a pequenos negócios já estabelecidos, outra forma das instituições de micro finanças contrabalançar a falta de garantias e diminuir o risco das operações. Existe também, mas em menor escala, o microcrédito para capital misto, ou seja, capital de giro e investimento fixo e, ainda menos comum, o microcrédito direcionado à formação de novos negócios.

Sendo assim, a principal função do microcrédito brasileiro corresponderia ao que Schumpeter (1982) denominou de “crédito corrente”, já que disponibiliza aos já empresários recursos para o financiamento de transações ordinárias do negócio.

Embora este tipo de crédito não seja visto na sua teoria como essencial para o desenvolvimento econômico por não alavancar inovações dentro do processo produtivo, um aspecto positivo deve ser considerado: através do microcrédito esses pequenos empresários começam a ser reconhecidos como sujeitos econômicos dentro do sistema bancário, que, assim como os grandes empresários, também precisam de recursos financeiros acordes ao funcionamento e realidade das suas atividades, de grande importância para a saúde econômica regional.

Schumpeter expõe também outro aspecto positivo do crédito: é através dele que em economias de propriedade privada podem surgir novas atividades produtivas, viabilizando a aquisição dos bens de produção necessários. O microcrédito seria a maneira de que pessoas antes impossibilitadas de obter recursos de instituições financeiras devido à falta de garantias possam fazer uso das suas habilidades e iniciar uma atividade econômica; no entanto, esse tipo de inclusão econômica ainda não faz parte do foco principal das micro finanças brasileiras.

Na hora de iniciar uma atividade, seja esta formal ou informal, os microempreendedores utilizam preferencialmente recursos próprios ou de parentes e amigos. O acesso ao crédito bancário é difícil e pouco procurado, e o microcrédito não

¹³ A folha de São Paulo trouxe um artigo sobre um micro empreendedor informal do setor calçadista, empregador de dez pessoas, dono de uma pequena confecção de sandálias que funciona na sua própria casa. Interessado em obter capital para a compra de matéria-prima, ele relatou que a maior dificuldade para obter o empréstimo de R\$ 5.000 do Banco ABN-Amro Real era encontrar outros interessados que já contassem com o seu próprio negócio (SCIARRETTA; PRADO, 2007).

aparece nas pesquisas como uma alternativa predominante.

Além disso, as pesquisas revelam outros fatos que podem, e já atrapalham o grau de penetração do microcrédito. Por um lado, parece que a divulgação da existência dos programas de microcrédito ainda é muito fraca, considerando que 74% dos microempresários formais entrevistados pelo Sebrae (SP) sabiam pouco ou nada sobre o assunto. Por outro lado, 49% deles declararam não ter nenhum interesse na obtenção de um crédito, nem sequer sob condições favoráveis para o tomador, principalmente por causa de uma aversão evidente que os pequenos negociantes têm pelos empréstimos bancários, acompanhada do receio de não conseguir pagar as prestações.

As primeiras informações coletadas pelo PNMPO mostraram dados positivos desde a sua inauguração em 2005. O número de instituições aderidas ao programa incrementou-se, facultando-lhes o acesso aos recursos do programa através das linhas de crédito especiais em prol da sustentabilidade dos seus serviços.

A quantidade de recursos que o PNMPO disponibilizou para as instituições também deu um salto. Em 2007 foram liberados R\$ 1,1 bilhão (43% do total dos recursos liberados até então), um fato aparentemente positivo, mas não há nenhuma informação referente ao valor que as instituições de microcrédito demandaram, nem quanto realmente chegou às mãos dos microempresários.

Nesse aspecto, os dados oferecidos pelo BCB dão uma melhor ideia: eles mostram a aplicação dos recursos obtidos dos depósitos à vista, que também fazem parte da fonte de recursos do PNMPO.

Sem ressaltar o fato de que aproximadamente 70% dos recursos são aplicados em microcrédito para o consumo, o que mais chama a atenção é que do capital restante para o microcrédito produtivo, aproximadamente só uma quarta parte é efetivamente empregada para este fim, portanto há capital disponível que não está sendo aproveitado.

- Recebido em: 22/07/2010
- Aprovado em: 03/05/2010

Referências

- ACCION Internacional. Disponível em: <<http://www.accion.org/>>. Acesso em: 19 abr. 2008.
- ALVES, Jose Caetano Lavorato. **Microcrédito: aspectos da história brasileira**. Guarulhos: ABCRED, 2006.
- ARAÚJO, Alexandre Guerra de et al. (Orgs.). **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnóstico e perspectivas**. Brasília: SEBRAE, 2004.
- AZEREDO Beatriz; DUNCAN, Pedro Gomes (Orgs.) **A experiência da área de desenvolvimento social no período 1996-2002**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bndes_social/bndes_social7.pdf>. Acesso em: 13 maio 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **IV Seminário Banco Central sobre Microfinanças. Resumo dos principais pontos das palestras**. Porto Alegre, jun. 2007. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/evento/resumo_17.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2008.
- _____. Circular 3.240. Estabelece procedimentos para a elaboração e a remessa ao Banco Central do Brasil, de informações relativas às contas simplificadas, ao direcionamento de recursos de depósitos à vista para microcrédito e às operações de crédito consignadas em folha de pagamento. Brasília: Banco Central do Brasil, 9 jun. 2004. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=104087781&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 09 jun. 2008.
- BANCO GRAMEEN. **Grameen Bank Monthly Update in US\$**: March, 2008. Disponível em: <<http://www.grameen-info.org/bank/ataglance/monthlyupdateUSD.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2008.
- _____. **A short history of Grameen Bank**. Disponível em: <<http://www.grameen-info.org/bank/hist.html>>. Acesso em: 25 abr. 2008.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/>>. Acesso em: 13 maio 2008.
- BANCOSOL. **Bancosol: del microcrédito a las microfinanzas**. Disponível em: <<http://www.bancosol.com.bo/archivos/historiamicro.s.pdf>>; e <http://www.bancosol.com.bo/archivos/eeff/EEFF_31_12_07.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2008.
- BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2008.
- BAUTZER, Tatiana. Segredo para reduzir perda e orientar produção. **Valor Econômico**, São Paulo, 3 out. 2007. Disponível em: <http://www.bancoreal.com.br/index_internas.htm?sUrl=http://www.bancoreal.com.br/sustentabilidade/de_a_z/na_midia/tpl_sustentabilidade_az_midia_microcredito20071004.shtm>. Acesso em: 15 maio 2008.
- BRASIL. Lei 10.735, de 11 de setembro de 2003. Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 set. 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.735.htm>>. Acesso em: 15 maio 2008.
- _____. Lei 11.110, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 abr. 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm>. Acesso em: 15 maio 2008.
- _____. Medida Provisória Nº 226, de 29 de novembro de 2004. Convertida na Lei 11.110 de 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 nov. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Mpv/226.htm>. Acesso em: 10 mai. 2008.
- _____. Resolução 3.422 de 30 de novembro de 2006. Dispõe acerca da realização de operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. Brasília: Banco Central do Brasil, , 2006a. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/legislacao/resolucoes/2006/r_20061130_34422.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2008.

_____. Resolução 511 de 18 de outubro de 2006. Dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, seção 1, p.184 a 185, Brasília, DF, 20 out. 2006b. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Legislacao/Resolucoes/2006/r_20061018_511.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2008.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Microcrédito produtivo orientado liberou R\$ 2,53 desde a sua criação em 2005**. Brasília, 11 abr. 2008a. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sgcnoticia.asp?IdConteudoNoticia=2733&PalavraChave=pnmpo>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa nacional de microcrédito produtivo orientado**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/pnmpo_duvidas.asp>. Acesso em: 15 maio 2008b.

CALOËTE, Emanuel Malta Falcão. **Principais indicadores de número de estabelecimentos, ocupação da mão-de-obra e valor da massa salarial das empresas formalmente estabelecidas no Brasil 2003-2006**. Brasília: SEBRAE Nacional, 2008. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F144997E39E789A88325740A00456680/\\$File/NT000375AE.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F144997E39E789A88325740A00456680/$File/NT000375AE.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2008.

CATTANI, Inácio; STADUTO, Jefferson Andronino Ramundo. A nova sistemática de risco de crédito: uma avaliação da cooperativa de crédito Sicredi Costa Oeste. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v.11, n.21, p.151-170, nov.2003. Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n21_2003_art6.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2008.

CAVALCANTE, Anderson; CROCCO, Marco; JAYME JÚNIOR, Frederico. **Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional**. Belo Horizonte: UFMG/Cedepar, 2004. (Texto para discussão N° 237).

CAVALCANTE, André Bezerra. **Microcrédito: uma alternativa de crédito produtivo para o micro e pequeno empreendedor**. 2001. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/6507>>. Acesso em: 13 mar. 2008.

CRISTINA, Lana. **Conselho Monetário Nacional aumenta limites de operações de microcrédito**. Brasília: Agência Brasil, 30. nov. 2006. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/11/30/materia.2006-11-30.7107127378/view>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

DALEY-HARRIS, Sam. **Informe del estado de la campaña de la cumbre de microcrédito 2007**. Washington: Microcredit Summit Campaign, 2007. Disponível em: <<http://www.microcreditsummit.org/spanish/pubs/reports/socr/2007.html>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

DANTAS, Valdi de Araújo. **A tecnologia do microcrédito produtivo e orientado**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/tecnologia_do_mcpo_fomatado.pdf>. Acesso em: 02 maio 2008.

ELNADI, Bahgat; RIFAAT, Adel. Incluir a los excluídos. **El Correo de la UNESCO**, Paris, Ene. 1997. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=105001&gp=1&mode=e&lin=1>>. Acesso em: 26 mar. 2008.

FOSCHIATTO, Paola; STUMPO, Giovanni (Comp.). **Políticas municipales de microcrédito: un instrumento para la dinamización de los sistemas productivos locales**. Estudios de caso en América Latina. Santiago de Chile: CEPAL, Nações Unidas, 2006.

FUNDO DE APOIO AO EMPREENDIMENTO POPULAR - FAEP. Disponível em: <<http://www.faepnet.com.br/>>. Acesso em: 12 maio 2008.

GALINDO, Arturo.; IZQUIERDO, Alejandro.; MICCO, Alejandro (Coord.). **Desencadenar el crédito: cómo ampliar e estabilizar la banca**. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 2004. Disponível em: <<http://www.iadb.org/publications/search.cfm?pagePos=1&keywords=&searchLang=S&topics=&countries=&fromyear=&toyear=&resCategory=&sortTitle=0&sortCat=0&sortDate=0&title=crédito&language=English&parid=&authors=&Activity=&DocType=&FileType=&Orderby=&page=1>>. Acesso em: 22 fev. 2008.

GUTIÉRREZ NIETO, Begoña. Antecedentes del microcrédito: lecciones del pasado para las experiencias actuales. **CIRIEC: Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, Valencia, ES, n.51, p.25-50, abr. 2005.

- Disponível em: <http://www.ciriec-revistaeconomia.es/banco/02_Gutierrez_51.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2008.
- INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO PORTOSOL - ICC PORTOSOL. **Banco Central do Brasil**, 2007. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/apres_66.pdf>. Acesso em: 08 maio 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Economia informal urbana**: ENCIF 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE - IETS. **Indicadores PNAD 1992-2006**. Disponível em: <http://www.iets.inf.br/biblioteca/Dados/Indicadores_PNAD_1992_2006/Pobreza_e_Desigualdade/Tabela_Pobreza_e_Desigualdade_UF.htm>. Acesso em: 15 jun. 2008.
- _____. **Pobreza e indigência**. Disponível em: <http://www.iets.inf.br/article.php3?id_article=915&var_recherche=porcentagem+pobreza>. Acesso em: 15 jun. 2008.
- JACKELLEN, Henry. **O programa da UNO de assistência a microempresas em Caruarú, Brasil**. Washington, 1982. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/o_programa_uno.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2008.
- MARTENS, Holer. Seblsthilfe macht staerker. **Der Tagesspiegel**, Berlim, 15 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.tagesspiegel.de/zeitung/Sonderthemen-Genossenschaften;art893,2419415>>. Acesso em: 01 abr. 2008.
- MAUDOS, Joaquín; FERNÁNDEZ DE GUEVARA, Juan. **Desarrollo financiero, dependencia financiera y crecimiento económico sectorial**: nueva evidencia internacional. Papeles de Economía Española, n.110, 2006. Disponível em: <http://www.uv.es/maudosj/publicaciones/Maudos%20y%20fernandez_PEE2006.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2008.
- MICROCREDIT Summit Campaign. **About microcredit**. Disponível em: <<http://www.microcreditsummit.org/Aboutmicrocredit.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2008.
- MONZONI NETO, Mario Prestes. **Impacto em renda do microcrédito**: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no município de São Paulo. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.
- NICHTER, Simeon; GOLDMARK, Lara; FIORI, Anita. **Entendendo as micro finanças no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/microfin/02livreto.pdf>>. Acesso em: 21.abr. 2008.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de (Org.). **Crédito e desenvolvimento**: reflexões sobre o papel dos bancos e das cooperativas de crédito no financiamento do investimento produtivo no Brasil. Rio de Janeiro: Publit, 2007.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de; RODRIGUES, Jessé Aquino; LUPACK, Márcia Valkiria. **Análise da gestão do espaço urbano e do desenvolvimento nas cidades da região metropolitana de Curitiba**. Curitiba: UNIFAE. Núcleo de Pesquisa Acadêmica, 2006. (Relatório de Pesquisa, n.1).
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. Muitos resultados com pouco dinheiro. **Jornal do Comercio**, Recife, 16 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.meujornal.com.br/OCB/Jornal/materias/integra.aspx?id=39616>>. Acesso em: 16 maio 2008.
- POCHMAN, Marcio (Coord.). **PNAD 2006 primeiras análises**. Brasília: IPEA, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/PnadPrimeirasAnalises_2006.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2008.
- POLÍTICA REAL. **Nordeste e desenvolvimento**: novo banco de microcrédito chega ao nordeste, Brasília, 27 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.politicareal.com.br/noticia.php?id=12663>>. Acesso em: 19 maio 2008.
- PORTOSOL. Disponível em: <<http://www.portosol.com/>>. Acesso em: 08 maio 2008.
- R+V VERSICHERUNG. **Friedrich Wilhelm Raiffeisen**. Disponível em: <http://www.ruv.de/de/ueber_uns/geschichte/chronik/nhereszufriedrichwilhelmraiffeisen.jsp>. Acesso em: 02 abr. 2008.
- SCIARRETTA, Toni; PRADO, Maeli. Bancos resistem a adotar o microcrédito. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u359261.shtml>>. Acesso em: 01 abr. 2008.

SCHUMPETER, Joseph. A. **Teoria do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEBRAE. **O que é microcrédito**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/momento/tenho-um-negocio-com-menos-de-2-anos/gestao/falta-dinheiro/microcredito/450-o-que-e-microcredito/BIA_450/integra_bia>. Acesso em: 22 abr. 2008a.

_____. Unidade de Acesso a Serviços Financeiros. **Termo de referência do programa de apoio ao microcrédito**. Brasília, 28 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.uasf.sebrae.com.br/uasfareas/uasfmicrocredito/microtermo>>. Acesso em: 10 maio 2008.

SEBRAE Bahia. Disponível em: <<http://www2.ba.sebrae.com.br/sebrae/%7B8886F685-6A0B-4ACE-BD74-B64563136304%7D.asp>>. Acesso em: 29 abr. 2008b.

SICREDI. Disponível em: <<http://www.sicredipioneira.com.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2008.

SILVA, Roberto Vilela de Moura. **Disseminação de programas públicos de microcrédito: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

SILVEIRA, Márcio Caio. **Programa de apoio aos pequenos empreendedores: o Sistema CEAPE**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS, 2000. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/Programa_de_apoio_aos_pequenos_empreendedores_o_sistema_Ceape.pdf>. Acesso: 06 maio 2008.

SKT. PAULUSBLATT N°170. **Pater Amstad zum Gedenken**. Nova Petrópolis: Amstad, 2005.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%E7as_2007_internet.pdf>. Acesso em: 02 maio 2008.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. **Crédito comunitário: a experiência da Portosol**. São Paulo: Programa de Gestão Pública e Cidadania, 1998. (Originalmente publicado em: 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania). Disponível em: <<http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/20experiencias1997/16%20-%20portosol.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2008.

TITELMAN, Daniel. **La banca de desarrollo y el financiamiento productivo**. Santiago de Chile: Publicação das Nações Unidas, 2003. (Documento n°137 da Serie "Financiamiento del desarrollo"). Disponível em: <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/ues/agrupadores_xml/aes163.xml&xsl=/agrupadores_xml/agrupa_listado.xsl>. Acesso em: 10 mar. 2008.

UNIBANCO. **Microinvest**. Disponível em: <<http://www.ri.unibanco.com.br/por/res/out/mic/index.asp>>. Acesso em: 16 maio 2008.

URANI, André. **Desigualdade e pobreza no Brasil: diagnóstico e estratégias de enfrentamento**. Apresentação para o Banco Real, São Paulo, 11. maio 2006. Disponível em: <http://www.bancoreal.com.br/sustentabilidade/pdf/artigo_andreurani_v2.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2008.

VIVACRED. Disponível em: <<http://www.vivacred.com.br/>>. Acesso em: 09 maio 2008.

WEIZENMANN, Flávio J. Oportunidades de negócios e inovação na base da pirâmide. **RealMicrocrédito**, São Paulo, 30. ago. 2005. Disponível em: <http://www.ces.fgvsp.br/arquivos/BOP_Flavio_Weizenmann.pdf>. Acesso em: 16 maio 2008.

WESTDEUTSCHE RUNDFUNK - WDR. **Vor 120 Jahren: Friedrich Wilhelm Raiffeisen stirbt in Heddesdorf**. Disponível em: <<http://www.wdr.de/themen/kultur/stichtag/2008/03/11.jhtml>>. Acesso em: 08 abr. 2008.

WOMEN'S WORLD BANKING. Disponível em: <<http://www.womensworldbanking.org/>>. Acesso em: 22 abr. 2008.

YUNUS, Muhammad. Bangladesh: los pioneros. **El Correo de la Unesco**, Paris, 1997. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=105001&gp=1&mode=e&lin=1>>. Acesso em: 26 mar. 2008.

_____. What is Microcredit. **Banco Grameen**. Maio, 2008. Disponível em: <<http://www.grameen-info.org/bank/WhatisMicrocredit.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2006.